“NOIS VAI”, “EU TRUXE” E “AH, NEM, FESSORA”: A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA FALADA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA¹

Alessandra Zamboni Faria²

RESUMO

A língua falada, em toda sua variedade sociocultural, tem, aos poucos, sido conferida importância nos estudos da língua. Entretanto, são ainda escassos os recursos metodológicos existentes em Língua Portuguesa para se trabalhar, de forma mais sistemática, essa modalidade na escola. Por vezes, o que se percebe é a categorização das línguas em cultas e incultas, gerando formas de preconceitos que desvalorizam a cultura e a história da língua popular presentes em sala de aula. Dentro dessa perspectiva, compreender e ensinar a língua escrita revela-se um desafio ao professor. De fato, aproximar-se do Português falado, compreendendo o seu funcionamento, tal e qual sugerem os Parâmetros Curriculares Nacionais em Língua Portuguesa para os 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental, por exemplo, ainda é um ponto gerador de dúvidas e anseios aos professores. Este estudo tem por objetivo pensar e repensar as interações da língua falada com a escrita, tecendo, entre elas, interessantes relações capazes de ampliar não somente a aprendizagem do Português Padrão, mas, também, criar pontos de partida para abordagens que discutam a função social da língua, desmistificando os jugos sociais presentes em cada uma das formas em que a língua se apresenta. Para apreender tudo isso, além da pesquisa bibliográfica, desenvolveu-se, também, o trabalho de campo, pautado em entrevistas e observações, cuja análise serviu de base para a exploração do tema pesquisado. As conclusões obtidas, ainda que preliminares, permitiram ampliar o entendimento sobre a importância dos estudos sociolinguísticos em educação no que concerne a relação do aluno com a linguagem oral e escrita no processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, além de indicar as alterações e/ou propostas para a continuidade da pesquisa.

¹ Artigo resulta do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para obtenção do certificado de Especialista em Práticas Escolares em Alfabetização e Letramento da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa Regional de Especialização de Professores de Ensino Superior – PREPES – e participação no XIII Simpósio do Instituto de Ciências Humanas – Ensino, Pesquisa e Extensão

² Pedagoga pela Universidade do Estado de Minas Gerais e pós-graduada em Práticas Escolares em Alfabetização e Letramento pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa Regional de Especialização de Professores de Ensino Superior. E-mail: zamboni.rodarte@gmail.com

Palavras-chave: Língua falada. Língua escrita. Variação Linguística. Ensino.

ABSTRACT

The language spoken in all its socio-cultural variety, has gradually been given importance in language studies. However, there are few existing methodological resources in Portuguese to work more systematically, this modality in school. Sometimes what we see is the categorization of languages in cultivated and uncultivated, generating forms of prejudices that devalue the culture and history of popular language present in the classroom. Within this perspective, understand and teach the written language proves to be a challenge to the teacher. In fact, approaching the spoken Portuguese, including its operation, as is suggested by the National Curriculum Standards in Portuguese for the 1st and 2nd cycles of Basic Education, for example, it is still a generator point of doubts and anxieties teachers. This study aims to think and rethink the interactions of spoken language with writing, weaving, among them interesting relationships able to expand not only learning Portuguese Standard, but also create starting points for approaches to discuss the social function language, social yokes disproving present in each of the ways in which the language is presented. To grasp this, in addition to the literature, it has developed also the field work, based on interviews and observations, whose analysis was the basis for the exploitation of the research topic. The conclusions, although preliminary, allowed expand the understanding of the importance of education sociolinguistic education regarding the relationship of the student with the oral and written language in the teaching and learning of the Portuguese language, in addition to indicating the changes and / or proposals for the continuation of the research

Keywords: Language spoken. Written language. Linguistic variation. Teaching.

1 INTRODUÇÃO

Apesar de desprezada no contexto escolar e ainda pouco discutida, a língua falada continua viva dentro da comunidade escolar. Alguns apontamentos no campo da Sociolinguística, por exemplo, demonstram a vivacidade de tal língua para a comunicação entre os pares, explorando novas formas e fontes de linguagem e entendimento do mundo, revelando sujeitos complexos e capazes de estabelecer representação social a partir da comunicação estabelecida.

Ao se fazer essa tentativa de estabelecer uma conexão útil entre língua escrita/língua falada aos alunos, espera-se colocar em discussão os elementos sociais e políticos que as envolvem. De fato, “só existe língua se houver seres humanos que a falem.” (BAGNO, 2013b, p. 19)

Para compreender e analisar a importância da língua falada nas aulas de Língua Portuguesa, utiliza-se alguns marcos teóricos, inclusive o próprio conceito de “preconceito linguístico”, abordado por Marcos Bagno (2013b) em sua obra homônima ao conceito apresentado. Para isso, é preciso considerar ainda a ideia sobre o que seja a língua falada, a língua escrita, a análise sobre as orientações presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais – (PCN's) (BRASIL, 1997), o significado social e político dentro das perspectivas presentes na ideia de linguagem mais culta e menos culta, além de observar as variedades linguísticas presentes entre os falantes a partir da coleta de dados feita dentro da escola observada.

Assimilar, rejeitar, reelaborar os saberes escolares depende, entre outros fatores, da forma como a escola se organiza e do modo como esses saberes são colocados dentro dos tempos e espaços presentes nela. Dentro do cotidiano escolar, vivências e representações são produzidas e reproduzidas entre os sujeitos pertencentes àquele espaço.

A escola é uma instituição social repleta de intencionalidades que se fazem presentes por meio de um tipo de educação transmitida à comunidade que a agrega. Ela é o espaço físico onde se dá a relação formal e, geralmente, hierárquica entre o corpo social que a constitui, cuja metodologia de ensino ratifica as relações de poder e os valores subjetivos dos sujeitos escolares, sejam eles implícitos ou explícitos. Segundo Dias (1998)

A escola é organizada com a finalidade de atingir certos objetivos, os quais dão sentido à organização escolar e orientam, conseqüentemente, a tomada de decisões no que se refere à natureza dos currículos e programas, ao tipo de edifício escolar, à quantidade e qualidade do equipamento, ao número e qualificação do pessoal escolar. (DIAS, 1998, p.270)

Portanto, o ambiente escolar, aparentemente estático, é parte integrante de um processo dinâmico, imbuído pela complexidade das relações; pela atuação do Estado (via políticas públicas) e pelas representações oriundas das relações sociais. Busca-se, assim, extrapolar os padrões e práticas do senso comum para analisar

possíveis caminhos dentro das questões relacionadas ao objeto de pesquisa.

2 METODOLOGIA

Para Ezpeleta e Rockwell (1989) cada escola é uma construção social. De fato, ao se pensá-la de forma integral e dinâmica, percebe-se que há uma versão local para cada aspecto de sua identidade (HALL, 1997), inúmeras vezes (re)constituída por seus aspectos políticos, econômicos, diferenças de gênero, de idade, de etnia, de crenças, o que, por vezes, modificam não somente o fazer pedagógico, mas também a ideia do outro, sua cultura, seus costumes, sua forma de falar e agir.

Revela-se ainda que, conforme estudos de Bakhtin (2010), tais contextos, presentes no ambiente escolar, não estão simplesmente justapostos, como se fossem indiferentes uns aos outros, mas permanecem em constante situação de interação e de conflito tenso e ininterrupto.

Assim, educandos, professores, coordenação, direção e outros funcionários pertencem a grupos diferentes, com capacidades de produzir representações também diferentes sobre os sujeitos e os objetos. É esse entrelaçado de valores, concepções, atitudes e significados que envolvem a interação entre língua e linguagem nas aulas de Língua Portuguesa, que se constituem campo desta pesquisa; o seu sujeito é o aluno falante de um Português Não Padrão (PNP).

Para conhecer e saber melhor sobre esse sujeito, dentro da proposta de investigação colocada nesse trabalho, optou-se por trabalhar com a pesquisa qualitativa de cunho etnográfico.

Denzin e Lincoln (2005) consideram a pesquisa qualitativa como sendo uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Logo, essas práticas e matérias interpretativas dão visibilidade ao mundo, transformam-no em uma série de representações e significações realizadas pelos próprios sujeitos da ação.

Nessa perspectiva, emerge o entendimento de que a pesquisa qualitativa vai além dos dados quantitativos, abordando uma variedade de técnicas com a finalidade de apreender e interpretar os significados existentes no ambiente da investigação.

Ao traçar o caminho e as especificidades do objeto dessa pesquisa, optou-se pela observação participante e a entrevista etnográfica como instrumentos para a

coleta e produção de dados, considerando que as observações e entrevistas colaboraram para o progresso da pesquisa, de forma a complementar a revisão bibliográfica fundamentada em autores como: Marcuschi (1997), Bagno (2013 b), Bakhtin (2010), Bortoni-Ricardo (2005), Freire (1990).

Por meio de tal metodologia, observou-se as aulas de Português realizadas em turmas de 6º ano/2º ciclo do Ensino Fundamental, analisando-se o contexto da língua falada e suas representações sociais dentro dos trabalhos realizados em sala de aula, diante do “conflito” estabelecido entre língua e linguagem, coloquial e formal, uso funcional da fala e regras estabelecidas nas gramáticas e livros didáticos.

As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, com o objetivo de obter informações que permitissem conhecer os aspectos pertinentes ao objeto de estudo, categorizando e analisando a percepção individual e dos grupos observados ao longo do período de pesquisa.

Com essas particularidades, buscou-se compreender as representações sociais dentro das relações estabelecidas entre o Português Padrão (PP) e o Português Não Padrão (PNP) presentes no contexto escolar observado.

A partir da análise de cunho qualitativo do material colhido na observação de campo e nas entrevistas, foi possível estruturar a pesquisa, atendendo aos seus objetivos. É claro que tal estudo é apenas uma tentativa de aproximação e compreensão ao tema analisado, não se esgotando as questões relacionadas a esse objeto.

3 LINGUAGEM, LÍNGUA E ESCRITA

Cada indivíduo é um ser sociocultural cujas capacidades humanas foram, ao longo dos anos, desenvolvidas por meio do outro, por meio da necessidade de contato e da relação com outros seres humanos. O desenvolvimento da linguagem permitiu aos homens a construção não somente do pensamento lógico, mas também, da comunicação inter-relacional, sendo possível realizar tarefas do cotidiano, planejar ações futuras e pensar sobre os acontecimentos passados tão somente pela linguagem e na linguagem.

Por meio da linguagem, interagimos com o outro sob diferentes perspectivas, construindo nossa identidade pessoal, social e cultural. Adequável a diferentes

contextos, a linguagem é o lugar onde as negociações de sentidos, de ideologias, de conflitos e as condições da produção de um texto (para quê, para quem, quando, onde, por quê) constituem seus significados, desnudando os sujeitos para as coisas que permeiam sua cultura.

Linguagem é a capacidade que possuímos de expressar nossos pensamentos, ideias, opiniões, sentimentos e, assim, interagirmos com o mundo e as pessoas. Podemos usar inúmeros tipos de linguagem para estabelecer atos de comunicação: sinais, símbolos, sons, gestos e regras com sinais convencionais (linguagem escrita, linguagem corporal, linguagem musical, linguagem cênica, linguagem mímica, por exemplo). Ela ainda pode ser classificada enquanto *verbal* (aquela que faz uso das palavras para comunicar algo) e *não verbal* (aquela que utiliza outros métodos de comunicação, que não são as palavras. Dentre elas estão a linguagem de sinais, as placas e sinais de trânsito, a linguagem corporal, uma figura, a expressão facial, um gesto).

Por esse conjunto de variáveis – (BAGNO, 2003) - seja de ordem geográfica ou social, a língua é um sistema de sons e significados que se organizam sistematicamente, permitindo, não somente, a interação humana, mas, toda e qualquer manifestação linguística dentro dos fenômenos sociais e culturais:

Toda a vez que eu emprego a palavra língua não me refiro a um sistema de regras determinado, abstrato, regular e homogêneo, nem a relações linguísticas imanentes. Ao contrário, minha concepção de língua pressupõe um fenômeno heterogêneo (com múltiplas formas de manifestação), variável (dinâmico, suscetível a mudanças), histórico e social (fruto de práticas sociais e históricas), indeterminado sob o ponto de vista semântico e sintático (submetido às condições de produção) e que se manifesta em situações de uso concretas como texto e discurso. Portanto, heterogeneidade e indeterminação acham-se na base da concepção da língua. (DELL'ISOLA, 2001, p.43)

De fato, as relações socioculturais de uma sociedade, em constante transformação, influenciam o desenvolvimento da língua falada e, a partir da aprendizagem da escrita (normalmente mediatizada pela escolarização), ocorre a transcrição da linguagem oral para esse outro código. Essa mudança representa a passagem de uma ordem mais espontânea, porém, também cheia de níveis de monitoração, a outra mais vinculada a conceitos e regras, estabelecidas por meio de uma norma padrão, destinada a um conhecimento mais específico da norma culta.

A escrita, entretanto, não representa diretamente a fala, pois, em ambas,

identificam-se diferenças graduais e contínuas referentes às suas representações e funcionalidades sociais. Há, porém, que se considerar o fato de que, na escrita, a língua é invariável. De fato,

A língua, seja na sua modalidade falada ou escrita reflete, em boa medida, a organização da sociedade. Isso porque a própria linguagem mantém complexas relações com as representações e as formas sociais. O ser humano dispõe de uma linguagem simbólica articulada que permite que estabeleçamos crenças e pontos de vista diversos ou coincidentes sobre as mesmas coisas. Daí ser a língua um ponto de apoio e de emergência de consenso e dissenso, de harmonia e luta. Não importa se na modalidade escrita ou falada. (MARCUSCHI, 2001, p. 35)

Tem-se, aqui, dois pressupostos, a saber:

- a) fala e escrita são atividades comunicativas e práticas sociais situadas;
- b) para ambos temos o uso real da língua.

Dada sua origem como forma primeira de comunicação (em relação à escrita, que é uma forma secundária), a fala está a frente da escrita, porém, na sociedade contemporânea, a escrita apresenta maior prestígio na identidade social de cada ser. Basta pensar, por exemplo, na ênfase dada à escrita ao longo da vida acadêmica, cuja ideia transmite o seguinte conceito: “Fala bem quem escreve bem.”

Entretanto, a respeito dos valores sociais, atualmente discutidos sobre fala e escrita, Marcuschi (1997) diz: “Seria útil ter presente, desde logo, que assim como a fala não apresenta propriedades intrínsecas negativas, também a escrita não tem propriedades intrínsecas privilegiadas. São modos de representação cognitivas e social que se revelam em práticas específicas”. (MARCUSCHI, 1997, p. 35)

Segundo ainda Marcuschi (2001, p. 17), “o homem é considerado um ser que fala e não como um ser que escreve”, ainda que isso não signifique que a oralidade seja superior à escrita, visto que todos os povos tiveram uma tradição oral cronologicamente anterior à escrita. Com o advento desta, escrever adquiriu um valor social superior à oralidade.

Então, não basta que o aluno escreva um conjunto de parágrafos devidamente ortográficos e acentuados. Ao produzir um texto oral ou escrito é importante que o aluno seja capaz de produzir sentenças e parágrafos em um texto que tenha sentido, garantindo a (inter)textualidade.

A tarefa de esclarecer a natureza das práticas sociais que envolvem o uso da língua escrita e falada de um modo geral é mais importante (CASTILHO, 1998), pois, a partir de tais práticas é possível determinar o lugar, o papel e o grau de relevância da oralidade e das práticas de letramento no desenvolvimento das práticas de linguagem estabelecidas no ensino da Língua Portuguesa.

Dentro de tal perspectiva, o autor ainda se posiciona da seguinte forma:

[...] não se acredita mais que a função da escola deve concentrar-se no ensino da língua escrita, a pretexto de que o aluno já aprendeu a língua falada em casa. Ora, se essa disciplina se concentrasse mais na reflexão sobre a língua que falamos, deixando de lado a reprodução de sistemas classificatórios, logo se descobriria a importância da língua falada, mesmo para a aquisição da língua escrita. (CASTILHO, 1998, p.13)

Disso decorre a percepção de que ambas as modalidades – fala e escrita – têm suas especificidades e esferas de circulação; transitar apropriadamente por cada um desses espaços sociais é algo a ser ensinado na escola.

4 CONCEPÇÕES DE ORALIDADE

4.1 Nos Parâmetros Curriculares Nacionais

Os PCN's do Ensino Fundamental foram lançados em 1997 (1º e 2º ciclos/1ª a 4ª séries) e 1998 (3º e 4º ciclos/5ª a 8ª séries), composto pelos seguintes documentos: documento introdutório, temas transversais (saúde, meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual e trabalho e consumo) e documentos que abordam o tratamento a ser oferecido em cada um dos diferentes componentes curriculares, incluindo-se aqui a disciplina de Língua Portuguesa.

O documento destinado à disciplina de Língua Portuguesa, salienta a relevância dos saberes linguísticos, oral e escrito, apresentados como igualmente importantes para o desenvolvimento do trabalho do professor. A saber

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. (BRASIL, 2007, p.15)

De fato, tão logo se inicia o documento já é possível perceber a preocupação com as aprendizagens que permeiam não somente as práticas de leitura e escrita, mas, também, no uso eficaz da linguagem oral.

Tenta-se romper com a ideia de um modelo fixo de fala para a construção de falas que se agreguem aos contextos, garantindo, aos alunos, o acesso aos saberes linguísticos necessários ao exercício da cidadania, direito inalienável de todos.

Vê-se que o processo ensino/aprendizagem em Língua Portuguesa busca capacitar o aluno a refletir sobre suas potencialidades como cidadão por meio das práticas pertinentes ao letramento, de forma a responder a diferentes exigências de fala e de adequação às características próprias de diferentes gêneros do oral.

Dessa forma, os PCN's apresentam para a escola a real necessidade de se preparar o aluno para utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas como entrevistas, debates, seminários e apresentações teatrais, por exemplo, propondo situações em que essas atividades façam sentido, envolvendo, por vezes, regras de comportamento social.

Ainda de acordo com o documento, torna-se inadequado empregar somente o nível mais formal de fala para todas as situações. A escola precisa se livrar da ideia – enfatiza o documento – de que a fala “correta” é a que se aproxima da escrita. Bagno (2013b) explora a problemática dizendo que,

existe uma tendência muito forte na nossa escola a querer obrigar o aluno a pronunciar a língua ‘do jeito que se escreve’, como se essa fosse a maneira ‘certa’ de aprender o português. Muitas gramáticas e muitos livros didáticos chegam a aconselhar o professor que ‘corrija’ quem fala ‘muleque’, ‘burracha’, ‘fidido’, como se isso pudesse anular o fenômeno da harmonização, um fenômeno natural e muito antigo na história do Português. (BAGNO, 2013b, p. 104)

De fato, o “falar direito”, ainda é visto como algo desejável dentro do ensino da Língua Portuguesa. Porém, conforme os PCN's, vê-se que, a partir da fala pública, tem-se o foco do trabalho com a oralidade, de forma a chamar a atenção dos alunos para a complexidade dos fenômenos linguísticos.

Porém, através do questionário destinado à professora regente da disciplina, foi possível perceber que, o trabalho com a oralidade e as variações linguísticas não acontecem, de fato, tal e qual sugerem os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa. Para tanto, segue o seguinte trecho do questionário:

Pergunta: *O livro didático que utiliza em sala aborda questões de variação lingüística? Como aborda tais questões em sala? Utiliza outros exemplos?*

Resposta da professora: *Sim. Levando o aluno ao estudo e análise da gramática de uma forma reflexiva, a partir das novas construções lingüísticas, para que ele possa interagir, compreender as mudanças trazidas pelo tempo e conversar com diferentes linguagens.*

Pergunta: *O reconhecimento das variações lingüísticas em sala diminui o ensino da norma padrão da língua? Justifique.*

Resposta da professora: *Não. É importante ensinar a norma padrão da língua, mas não desconsiderar que diversas possibilidades surgem a cada momento da linguagem.*

As respostas obtidas no questionário demonstram que, apesar de se reconhecer o papel da oralidade e das variações linguísticas no ensino da Língua Portuguesa, as estratégias pedagógicas ainda se encontram calcadas no retorno ao estudo e análise da gramática, usando-se o termo “reflexivo” na tentativa de estabelecer uma ponte entre as estratégias de ensino/aprendizagem que permeiam essa relação da fala com a escrita.

5 VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS OBSERVADAS

Ainda conforme os PCN's de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997), a variação lingüística é algo presente e constante na língua. De fato, o educando, ao entrar para a escola, já sabe, pelo menos, uma dessas variedades: àquela presente ao seu grupo de falantes. Fazendo uso de tal variação, ele ainda poderá perceber que as formas da língua apresentam diferentes expressões e modos que serão adequados conforme a situação comunicativa que se apresenta para cada falante.

Certamente, toda língua possui seu conjunto de regras que merecem ser compreendidas por quem as estuda, de forma a entendê-la como um organismo vivo, cujas regras são possíveis de nascer, evoluir e morrer. As constantes trocas sociais permitem aos sujeitos proporem, em sua comunidade de falantes, novos vocábulos, subvertendo estruturas linguísticas, desgastando e criando novas expressões.

A variação linguística é um fenômeno natural; a Língua Portuguesa, como todas as línguas, apresenta inúmeras variações e passa por mudanças no tempo e no espaço (CALLOU, 2007). Entende-se por variação linguística os vários falares entre falantes de uma língua. Toda língua natural tem suas variações, a se pensar, por exemplo, nos falares do português do Brasil e no português de Portugal.

Em tempo, dentro de uma análise linguística diacrônica³, abandona-se a falsa ideia de que a língua falada é mais “fácil” que a língua escrita, uma vez que, o que está na gramática, por vezes, já não retrata a(s) realidade(s) presentes entre os grupos sociais pertencentes a um dado tempo e espaço. Segundo Marcuschi (2001, p. 16), as variações linguísticas são determinadas pelos usos que fazemos da língua. O autor declara que “são as formas que se adequam aos usos e não o inverso”.

Uma vez conferida à linguagem relevância para a aprendizagem da língua, estima-se saber, durante o processo de ensino e aprendizagem, que o comportamento linguístico dos falantes está associado às diferenças na estrutura, normas e valores culturais de um dado tempo, numa dada sociedade (BORTONI-RICARDO, 2005) e que tais diferenças são, conforme própria sugestão dos PCN’s em Língua Portuguesa, importantes e necessários ao trabalho desenvolvido em sala de aula.

Sob a luz da Sociolinguística, buscou-se captar na “comunidade de fala” (LABOV, 1972) – turma de 6º ano do 2º ciclo do Ensino Fundamental – as variações sistemáticas, inerentes ao objeto de estudo.

Conforme Labov (1972), comunidade de fala não é entendida como um grupo de pessoas que falam exatamente igual, mas que compartilham traços linguísticos que distinguem seu grupo de outros, comunicam relativamente mais entre si do que com os outros e, principalmente, compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem.

Dentro da possibilidade de se fazer inferências sobre os elementos linguísticos marcantes do público observado realizaram-se as observações das

³ A definição de Linguística Diacrônica, na fala de Santos (2011) em seu artigo intitulado, *Variações Linguísticas: o confronto das equivalências e choque dos contrários*.

⁴ A linguística diacrônica, ou evolutiva, ocupa-se da descrição das mudanças que ocorrem ao longo do tempo, ou seja, da passagem de um estado a outro da língua (...). Cada estado da língua definível no presente ou em qualquer ponto do passado é resultado de um longo e contínuo processo histórico. Dessa forma, o português do século XIII era diferente do português de hoje, que será, igualmente, diferente do português do futuro, devido a um ininterrupto processo de mudança.

aulas de Língua Portuguesa, bem como se aplicou um questionário, a fim de se conhecer sobre as estruturas socioeconômicas e culturais que permeiam o comportamento linguístico dos falantes.

Assim, estabeleceu-se o cenário, possível de ser analisado graças aos estudos de Labov (1972) que correlacionam os fatores sociais com o comportamento linguístico de diferentes gerações. No presente trabalho, essa proposta analítica dedicou-se às seguintes categorias de observação:

- a) Percepção sobre o ensino da Língua Portuguesa e suas variações;
- b) Análise e diagnose dos registros.

De acordo com Labov (1972), as variações linguísticas estão entrelaçadas a fatores como: sexo, idade, classe social e nível de escolaridade, a partir da noção de prestígio social.

Entretanto, é interessante observar que, no Brasil, por não existir uma longa tradição cultural em estudos linguísticos a partir de um todo aparato teórico-metodológico adequado à realidade nacional e não somente à importação de modelos estrangeiros, o país se atenta de forma tímida às influências da diversidade linguística no processo educacional (BORTONI-RICARDO, 2005).

Ao analisar os “erros” em categorias sociolinguísticas e, apesar, de seu caráter ainda preliminar, arejaram-se as primeiras ideias acerca do questionamento original gerador dessa pesquisa: como a gramática deve ser ensinada a partir de uma abordagem que agregue o uso da língua falada ao cotidiano de aprendizagem dos alunos?

De fato, ainda que timidamente, ao se estabelecer um detalhamento na ocorrência das regras variáveis e dos dados socioculturais da amostragem observada verificou-se que, ao se conhecer o perfil sociolinguístico dos alunos é possível também estabelecer subsídios para a elaboração de estratégias pedagógicas capazes de desarticular a tradicional fórmula metodológica no ensino da Língua Portuguesa: livro didático + cópia + memorização. Por fim, faz-se necessário uma explanação sobre tais desafios didático-metodológicos no ensino da Língua Portuguesa, dentro do uso das variações linguísticas presentes em sala de aula.

6 PARA ALÉM DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO: A PEDAGOGIA BIDIALETAL NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Caminhando para o fim é preciso, ainda, estabelecer um ponto de análise: ao não se considerar as características de fala dos nossos alunos, corre-se o risco de estabelecer relações de preconceito que em nada compactuam com a ideia de uma pedagogia ao ensino da Língua Portuguesa voltada para o reconhecimento das variantes – formais e informais – da língua. Como, então, mudar o percurso de tal aprendizagem?

Por meio das influências históricas e regionais sobre os falares, as variações linguísticas se manifestam conforme a comunidade que as integram, reforçando a ideia da língua enquanto um sistema não fechado e mutável, justamente por ser ela um instrumento de comunicação, rearranjável conforme as necessidades comunicativas estabelecidas entre os falantes.

Há de se compreender ainda que, por seu aspecto flutuante, a língua varia de acordo com as situações de uso, pois, um mesmo grupo social (por exemplo), pode se comunicar de diferentes maneiras conforme a necessidade de adequação linguística.

Por tais características, vê-se que, dentre os diferentes falares, não cabe a ideia de erro e, sim, variações. Caso contrário, corre-se o risco de associarmos, erroneamente, língua ao status socioeconômico, incorrendo-se, aqui, ao preconceito linguístico, reforçado por uma política linguística bem traçada que permite o surgimento e a reprodução dos “comandos paragramaticais” terminologia de (BAGNO, 2013b), a se pensar, por exemplo, nos livros didáticos recomendados pelo PNLD e gramáticas usadas em sala de aula.

Para Bagno,

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa [...] A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada *norma-padrão*. Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo o resto da língua [...] Mas essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia geradora do preconceito linguístico. (BAGNO, 2013b, p. 19,20)

Adequar-se, essa é a palavra que precisa ser explorada e compreendida

pelos falantes da língua portuguesa, de tal forma que se possa dissolver a, até então, segregação cultural que torna determinadas variantes com maior prestígio social que outras. Toda língua é um ato político, pois, refere-se aos seres humanos, a um coletivo de “coisas variadas, variáveis e variantes...” (BAGNO, 2013b, p.32)

Uma vez entendida a “adequação” enquanto um tipo de variação adaptável às diferentes situações comunicacionais, é preciso, ainda, desatrelar as interações verbais com as classes sociais ou regiões de quem as falam.

No Brasil, tem-se um grande contingente da população, cuja economia linguística é predominantemente oral e que, portanto, não tem acesso à força padronizadora da língua escrita. O extensivo analfabetismo e a precariedade da instrução escolar, que afetam essa população, impedem tanto o acesso à língua-padrão real, efetivamente usada pelas classes favorecidas como à língua-padrão ideal, ou seja, o conjunto de critérios referenciais que determinam os padrões de correção e aceitabilidade da língua. (RODRIGUES, 1968; CASTILHO, 1978; apud BORTONI-RICARDO, 2005, p.24)

Todas essas circunstâncias caracterizam o repertório verbal da comunidade brasileira como amplo e diferenciado. Por isso, ao compreendermos o papel da adequação da língua nas aulas de Língua Portuguesa, será possível contemplar, junto aos alunos, a importância de se aprender, dentro das variações existentes, o código escrito do sistema linguístico, conforme convencionalizado e sistematizado.

Partindo desse entendimento, espera-se compreender que, tanto a língua falada quanto a modalidade escrita, são variações linguísticas usáveis conforme a demanda insurgente no ato comunicacional.

Essa postura teórica tem sérias implicações pedagógicas, já que a linguística recomenda que a norma culta seja ensinada nas escolas, mas que, paralelamente, se preservem os saberes sociolinguísticos e os valores culturais que o aluno já tenha aprendido antes, no seu ambiente social. Resguarda-se, assim, o direito que o educando possui à preservação de sua identidade cultural específica, seja ela rural ou urbana, popular ou elitista. A aprendizagem da norma culta deve significar uma ampliação da competência linguística e comunicativa do aluno, que deverá aprender a empregar uma variedade ou outra, de acordo com as circunstâncias da situação de fala. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 26)

Em sua obra “A língua de Eulália”, Bagno (2013a), ao comparar o PP com o PNP, prova que há mais semelhanças que diferenças entre eles. De fato, o que chamamos de Português não é um bloco compacto, sólido e, sim, um conjunto de variedades conforme sua natureza fonética, sintática, lexical, semântica, além do

uso social da língua, conforme já abordados na discussão sobre variações linguísticas;

[...] não é possível fazer uma análise dicotômica da realidade sociolinguística brasileira, opondo o padrão ao não padrão, ou o culto ao popular, como tradicionalmente se tem feito, mesmo na produção de textos acadêmicos. Cada vez mais se torna evidente que é preciso analisar a nossa realidade sociolinguística sob três focos: de um lado, (1) o da *norma-padrão*, isto é, o modelo idealizado de língua 'certa' descrito e prescrito pela tradição gramatical normativa – e que de fato não corresponde a nenhuma variedade falada autêntica e, em grande medida, tampouco à escrita mais monitorada – e, do outro lado, como extremos de um amplo *continuum*, (2) o conjunto das variedades prestigiadas, faladas pelos cidadãos de maior poder aquisitivo, de maior nível de escolarização e de maior prestígio sociocultural, e (3) o conjunto das *variedades estigmatizadas*, faladas pela imensa maioria da nossa população, seja nas zonas rurais, seja nas periferias e zonas degradadas das nossas cidades, onde vivem os brasileiros mais pobres, com menor acesso à escolarização de qualidade, desprovidos de muitos de seus direitos elementares. (BAGNO, 2013a, p.215)

O problema, então, está não na existência do código padrão, mas no acesso restrito que grandes segmentos da população têm a ele. Para Bortoni-Ricardo (2005) o ensino da língua culta à grande parcela da população que tem como língua materna as variedades populares da língua, tem sido cada vez mais desastroso e isso porque:

- a) não são respeitados os antecedentes culturais e linguísticos do educando;
- b) a língua padrão não está sendo ensinada de forma eficiente, de modo a mostrar a função social da língua e suas implicações políticas e culturais no cotidiano dos falantes – conforme apresentado nos dados da pesquisa de campo. De fato, a escola não pode desconsiderar as diferenças sociolinguísticas presentes em sala de aula. É preciso sensibilizar a didática de ensino da Língua Portuguesa de forma a perceber, professores e alunos, que, na oralidade, existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa e que tais alternativas servem a propósitos comunicativos distintos. Conferir, ainda, as funções sociais que a linguagem desempenha, atribuindo igual relevância aos aspectos formais da língua.

Para tanto, faz-se necessária a compreensão do conceito sobre a Pedagogia

Bidialetal (BORTONI-RICARDO, 2005) dentro do ensino da Língua Portuguesa. Pautada em seus estudos de sociolinguistas já citados nessa pesquisa, percebe-se que a impermeabilidade entre os dialetos presentes em sala de aula refere-se menos ao nível de interesse e envolvimento dos falantes em aprender a norma padrão e mais sobre os métodos de planejamento linguísticos usados na regência da disciplina e como tais métodos têm contribuído, ou não, para a aprendizagem dos alunos.

Na Pedagogia Bidialetal, a linguagem não monitorada torna-se estratégia de transição para o contato dos alunos com a língua padrão por meio da exploração de atividades voltadas para a conversa, debates e demais práticas voltadas para o letramento.

Por meio da Pedagogia Bidialetal, as duas variáveis, PP e PNP, tornam-se componentes funcionais no repertório dos falantes, sendo, ambas usadas de forma diferenciada conforme as necessidades comunicacionais. Para tanto, conforme alerta Bortoni-Ricardo (2005), é preciso que o professor busque a gama linguística presente em sua sala de aula, trazendo e tirando da informalidade esse vasto repertório de recursos estilísticos presente nos falares daquele grupo ou comunidade.

Uma – talvez – nova exigência aos professores que, para lidarem com a transição do PNP para o PP, terão que, não apenas buscar e reconhecer a riqueza das variáveis linguísticas em sua sala de aula, mas, também, ter total domínio da língua padrão. Um desafio necessário ao ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, pois, se não formos capazes de lidar com as transferências bidialetais da língua (e por que não dizer, multidialetais) de forma a integrar língua falada e língua escrita no cotidiano dos falantes, corre-se o risco de reproduzirmos e, até mesmo, de criarmos novos estereótipos em um olhar preconceituoso sobre o estudo e o ensino da Língua Portuguesa para as nossas crianças e adolescentes.

7 CONCLUSÃO

Falar *bunitu* e escrever *bonito*: é preciso saber que há uma ortografia única na língua, para que todos possam ler e escrever o que está escrito, sem perder, para isso, a democratização e o uso variado das mais diferentes produções orais

presentes no cotidiano dos falantes.

Escola e sociedade precisam compreender que nenhuma língua é homogênea, pois, ela se constitui de um conjunto de variedades determinadas pela situação geográfica, histórica, econômica, cultural e social. Mesmo apresentando características diferentes, todas as representações, mais prestigiadas ou menos prestigiadas, possuem organização estrutural e atendem as necessidades de comunicação de seus falantes. O preconceito linguístico surge quando não há entendimento dos fatores que afetam a constituição da língua e são representativos das identidades dos falantes.

Língua presente nas reflexões, na interlocução entre amigos, nas músicas, nas brincadeiras entre os pares sociais, língua ouvida, língua falada, língua vivida. Uma língua contextualizada, possível de ser trabalhada das mais diferentes formas: produção de textos orais, confronto e análise de textos orais e escritos, trabalho com discursos, função social da língua. Para além do conceito tradicional do que seja o “erro”, as variações linguísticas permeiam as demandas comunicacionais dos grupos sociais em diferentes tempos e espaços, readequando-se dentro de uma ordem natural, sendo, portanto, necessário conhecê-las e reconhecê-las em sua macro e microestruturas.

Há, portanto, aos professores, uma necessidade constante de se rever e avaliar as gramáticas e livros didáticos usados em suas aulas e avaliações, fundamentando-se, para tal, o conhecimento experiencial linguístico adquirido culturalmente e socialmente pelos alunos.

De fato, quando a escola passar a trabalhar a língua em seu contexto social, promovendo a inter-relação da língua falada com a língua escrita, será possível provocar um maior interesse dos alunos pelo aprendizado, levando-os a serem usuários competentes da língua, adequando-se os usos (orais e escritos) conforme suas intencionalidades.

Dessa forma, o trabalho pedagógico deve desenvolver a inter-relação entre os indivíduos e grupos socioculturais diferentes para eles percebam expressões sociais dos diversos grupos, compreendendo a cultura do outro por meio da reflexão e da interação.

Esta pesquisa apresentou particularidades de um grupo socioeconômico de jovens, alunos do 6º ano do 2º ciclo do Ensino Fundamental em uma escola da Rede Pública de Ensino de Belo Horizonte. Os alunos que participaram da pesquisa, seja

por meio das produções em sala ou dos questionários e observações das aulas, apontaram características diversas quanto à linguagem que eles utilizam para falar e escrever.

Por meio do material recolhido, percebeu-se que, ao longo da vida, cada aluno realiza diferentes inferências sobre a língua que muito dizem sobre seu conhecimento linguístico e de mundo.

A educação precisa ser um empreendimento de todos, de forma a expandir a compreensão e os usos da língua tanto por meio de suas regras quanto por meio de seus contextos sociais.

Sendo assim, estudar a gramática da língua materna é analisar, também, o funcionamento da linguagem e das relações sociais, portanto, é importante propiciar, aos educandos, atividades nas quais eles percebam as diferentes situações em que cada modalidade ou registro deve ser empregada(o), como também o fato de que uma mesma língua pode ter muitas variações.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2013a.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2013b.

BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BELINE, Ronald. A variação linguística. In: FIORIN, José Luiz. **Introdução à linguística: I objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, p. 121-122, 2007.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolingüística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BOURDIEU, Pierre. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. **Berkeley Journal 01 Sociology**, n. 32, p. 1-49, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2008: língua portuguesa**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. 5. ed. São Paulo: Scipione,

1992.

CALLOU, Dinah. Gramática, variação e normas. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia (Org). **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007.

CASTILHO, Ataliba T. de. **A língua falada no ensino do Português**. São Paulo: Contexto, 1998.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da Língua Portuguesa. In: BAGNO, Marcos. **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. **Leitura: inferências e contexto sociocultural**. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da Pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Org.). **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**; tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005. Cap. 1, p. 15-42.

DIAS, José Augusto. **Estrutura e funcionamento da educação**. São Paulo: Pioneira, 1998.

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. Pesquisa participante. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1989. (Educação contemporânea)

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo Pereira. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1990.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1995.

FREITAS, Wéllem Aparecida de. **Há variação linguística nas escolas públicas?** [S. l.]: UEL, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/ha_variacao_linguistica_nas_escolas_publicas.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2015.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, p. 17-46, jul./dez. 1997.

LABOV, William. **Modelos sociolinguísticos**. Traducción José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Cátedra, 1972.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Oralidade e Escrita**. Goiás: Signótica, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

POSSENTI, Sírio. Um programa mínimo. In: BAGNO, Marcos. **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.

SANTOS, Sebastião Lourenço dos. Variações linguísticas: O confronto das equivalências e choque dos contrários. **E-Letras**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 40-50, out. 2000.

SILVA, Alexandre Cezar da. **A relação da língua falada e escrita sob o olhar dos PCN'S**. Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, Ano 06, n.13, 2º Semestre, 2010. Disponível em: <http://www.letramagna.com/artigo07_13.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2015.